DOI: 10.5418/RA2016.1218.0012

GEOGRAFIA E DIVERSIDADE: GÊNERO, SEXUALIDADES, ETNICIDADES E RACIALIDADES

Geography and diversity: gender, sexualities, ethnicities and racialities

Geografía y diversidad: género, sexualidades, etnias y racialidades

Alex Ratts

Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. IESA - Instituto de Estudos Socioambientais-Campus Samambaia - Av. Esperança, s/n CEP: 74.690-900. Goiânia – GO. E-mail: alexratts@uol.com.br

Benhur Pinós da Costa

Doutor em Geografia pela UFRGS; Professor do Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia UFSM; Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Departamento de Geociências. Av. Roraima, 1000, Prédio 17, Sala 1106B, Santa Maria-RS, bairro Camobi, CEP 97195000. E-mail: benpinos@gmail.com.

Joseli Maria Silva

Doutora em Geografia pela UFRJ. Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Campus Uvaranas - Avenida General Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Ponta Grossa - PR, 84030-900. E-mail: joseli.genero@gmail.com

Marcio Jose Ornat

Doutor em Geografia pela UFRJ. Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Campus Uvaranas - Avenida General Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Ponta Grossa - PR, 84030-900. E-mail: geogenero@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Doutora em em Ciências Sócio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável , Universidade Federal do Pará. Docente do programa de Pós-graduação em geografia da UNIR. Universidade Federal de Rondônia, Av. Pres. Dutra, 2965 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-974. E-mail: gracinhageo@hotmail.com

Susana Maria Veleda da Silva

Doutora em Geografia Humana (Universitat Autònoma de Barcelona / UAB), Espanha. Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da FURG. Universidade Federal do Rio Grande. Av. Itália, km 8, Campus Carreiros - Rio Grande - RS CEP 96203 900. E-mail: sucaveleda@gmail.com

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

RESUMO

Este texto tem como objetivo analisar as contribuições teórico-metodológicas que o Grupo de Trabalho Geografia e Diversidade: Gênero, Sexualidades, Etnicidades e Racialidades realiza para a Geografia brasileira em seu processo de produção científica. Foram considerados os trinta e oito trabalhos discutidos no XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia, realizado em 2015 na cidade de Presidente Prudente. Além destes, também foram examinados os textos das edições anteriores do ENANPEGE dos anos de 2011 e 2013, para que fosse possível compreender as transformações das abordagens científicas nos últimos anos. A metodologia adotada foi a criação de um banco de dados em que foi possível organizar os textos em termos de palavras-chave, temas, grupos sociais, autorias, conceitos geográficos e tendências de argumentos em termos das epistemologias das Geografias Feministas. Constata-se que o fazer geográfico reunido em torno do Grupo de Trabalho de 2015, em comparação com os anteriores, trouxe maior complexidade para as abordagens de gênero, além da diversificação temática e de grupos contemplados.

Palavras-Chave: Geografia; Gênero; Racialidades; Sexualidades.

ABSTRACT

This paper analyzes the theoretical and methodological contributions made by the "Geography and Diversity: Gender, Sexualities, Ethnicities and Racialities" Working Group regarding scientific production within the field of Brazilian geography. The main focus of this study was the thirty-eight papers discussed at the Eleventh National Meeting of the National Association of Postgraduate studies in Geography (ENANPEGE), which was held in 2015 in the Brazilian city of Presidente Prudente. In addition, the written records of the proceeding of ENANPEGE of 2011 and 2013 were studied in order to understand the transformation in scientific approaches that has occurred during recent years. The methodology that was adopted was to create a database capable of organizing the texts in terms of keywords, themes, social groups, authorship, and geographical concepts and trends in terms of the epistemology of feminist geographies. Compared to the previous meetings, the idea of what constitutes geography discussed by the Working Group in 2015 was more complex and more diverse in terms of the understanding of the issue of gender. Moreover, the diversity of groups and issues that were discussed was also more diverse.

Keywords: Geography; Gender; Racialities; Sexualities.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las contribuciones teóricas y metodológicas que el Grupo de Trabajo de Geografía y Diversidad: Género, Sexualidades, Etnias y Racialidades tine realizado en la geografía brasileña en su proceso de producción científica. Prioritariamente se consideraron los treinta y ocho artículos discutidos en el XI Encuentro Nacional de la Asociación Nacional de Posgrado en Geografía en 2015 en Presidente Prudente. Además de estos, también examinamos los textos de las ediciones anteriores de ENANPEGE de los años de 2011 y 2013 para que sea posible entender

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

la transformación de los enfoques científicos en los últimos años. La metodología adoptada fue la creación de una base de datos en la que ha sido posible organizar los textos en términos de palabras clave, temas, grupos sociales, autoría, geográfica y las tendencias en cuanto a los argumentos de la epistemología de las geografías feministas. Se observa que o hacer de la geografía em lo Grupo de Trabajo de 2015, en comparación con los anteriores, trajo mayor complejidad para los enfoques de género, así como la diversificación de temas e grupos contemplados.

Palabras-Clave: Geografía; Género; Sexualidades; Racialidades.

INTRODUÇÃO

A partir dos trabalhos apresentados no XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE) em 2015, na cidade de Presidente Prudente, bem como da comparação com a produção científica das edições anteriores do evento (2013 e 2011), este artigo explora as contribuições teórico-metodológicas que o Grupo de Trabalho (GT) 'Geografia e Diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades' proporciona para a Geografia brasileira.

A conquista de um espaço de enunciação do GT em questão ocorreu apenas em 2011 no ENANPEGE ocorrido em Goiânia. Contudo, em 2008, havia sido realizada uma reivindicação aos organizadores do evento que ocorreria em Curitiba no ano de 2009, para que houvesse a oportunidade de um espaço próprio para aprofundamento das discussões conceituais e metodológicas específicas do campo das Geografias Feministas e das Sexualidades. Esta reivindicação se baseava no fato de que haviam grupos de pesquisa consolidados no país com investigações na área de gênero e sexualidades, bem como tal produção se intensificava nos últimos anos, ou seja, há um crescimento acentuado das pesquisas desenvolvidas em vários Programas de Pós-Graduação que não tinham seu espaço adequado nos eventos para suas apresentações. Infelizmente, não houve sucesso nessa petição. Como de rotina, os trabalhos envolvendo gênero e sexualidades eram alocados nos GTs da área cultural. Durante a preparação do IX ENANPEGE em Goiânia, foi aberta a oportunidade de proposição de grupos de trabalho, promovendo uma possibilidade de criação de um espaço específico no qual obtivemos sucesso em nossas reivindicações.

Desde 2011, portanto, há uma preocupação de manter este espaço científico para aprofundamento da temática das diferenças (gênero, sexualidades, racialidades) na Geografia brasileira. Neste mesmo encontro foram apresentados 21 trabalhos científicos. Em 2013, no X ENANPEGE em Campinas, foram apresentados 23 trabalhos e no XI encontro ocorrido na cidade de Presidente Prudente, foram apresentados 38 trabalhos.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Nas duas primeiras versões (2011 e 2013) do GT foram priorizados os aspectos de gênero e sexualidades. Contudo, as discussões realizadas nesses encontros criaram a necessidade de incorporação das racialidades, já que as perspectivas de gênero e sexualidades devem ser analisadas pela sua interseção com a raça e classe. Assim, na última edição do GT, o aspecto da racialidade foi destacado, enriquecendo ainda mais o debate.

Para cumprir o objetivo de explorar as contribuições teórico-metodológicas que o Grupo de Trabalho (GT) 'Geografia e Diversidade: Gênero, Sexualidades, Etnicidades e Racialidades' realiza para a Geografia brasileira, foram considerados os trinta e oito trabalhos discutidos no XI ENANPEGE de 2015, mas também foram contemplados na análise os trabalhos das edições de 2011 e 2013, para que fosse possível compreender as transformações das abordagens científicas nos últimos anos. A metodologia adotada foi a criação de um banco de dados que organizou os textos em termos de palavras-chave, temas, grupos sociais, autorias, conceitos geográficos e tendências de argumentos em termos das epistemologias das Geografias Feministas.

O presente artigo foi organizado em duas partes. Na primeira delas será realizada uma abordagem do crescimento científico na área de gênero, sexualidades e racialidades e as demandas que os pesquisadores desse campo passaram a realizar para serem contemplados no campo científico da Geografia brasileira. Na segunda parte são evidenciados algumas das mais importantes contribuições que o GT proposto tem realizado em seu fazer geográfico cotidiano para a Geografia de modo mais amplo.

EM BUSCA DE ESPAÇOS PRÓPRIOS DE ENUNCIAÇÃO CIENTÍFICA

Lançar abordagens que não são comuns dentro de uma determinada comunidade científica não é tarefa fácil porque isso implica em desconstruir tradições conceituais já consolidadas na tradição epistemológica, como argumenta Barnett (1995). Além disso, uma comunidade científica partilha também de consensos em termos de formas de compreensão da realidade e isso cria hegemonias conceituais difíceis de serem enfrentadas. Como afirmado por Morin (2005 [1982]), não podemos isolar a produção do conhecimento científico de suas condições de elaboração. Não podemos reduzir esta produção apenas a estas condições, pois esta atividade dialoga com o mundo empírico e dos fenômenos. Não obstante, todo subcampo do conhecimento científico deve se interrogar, segundo o autor, sobre sua estrutura ideológica e seu enraizamento sociocultural. Devemos desconstruir a ideia de que um sub-campo do conhecimento científico é um mero reflexo do real, pois para Morin (2005 [1982]), ela é uma atividade elaborada com todos os elementos de qualquer atividade humana, constituída por uma dimensão objetiva fundamental, mas

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

que não exclui a mente humana, o sujeito individual, a cultura, a sociedade, sendo esta pretensa objetividade o resultado de um consenso entre pesquisadores. Assim, as temáticas de gênero, sexualidades e racialidades foram paulatinamente sendo reconhecidas como abordagens possíveis de fazerem parte da Geografia brasileira por meio de tensionamentos, demandas e pesquisas realizadas por profissionais desse campo de saber.

Os tensionamentos no campo científico ocorrem pela disputa de espaços de enunciação que se materializam nas estruturas organizacionais materiais da ciência. Seja nas vagas docentes, notadamente nas pós-graduações, nas disputas de bolsas de pesquisa, nos financiamentos de projetos, nos lugares de destaque nos eventos acadêmicos de grande porte e nas publicações em periódicos científicos com melhores posições no ranking estabelecido pelas instituições formais de avaliação.

A pesquisa realizada por Cesar (2015) aponta que há hegemonia masculina nas estruturas organizacionais materiais da pesquisa na Geografia brasileira. Segundo o levantamento de dados realizado pela autora na Plataforma Sucupira[1], da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ano base 2013/2014, há um total de mil e noventa e três docentes atuantes nas cinquenta e cinco universidades que oferecem cursos de pós-graduação em Geografia. Do total de docentes, seiscentos e cinquenta e oito são homens (60%) e quatrocentos e trinta e quatro são mulheres (40%). A distribuição de bolsas de pesquisa como Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-doutorado e Produtividade em Pesquisa também apresenta hegemonia masculina nos três últimos níveis, ou seja, os mais qualificados. Um equilíbrio de investimentos entre homens e mulheres é encontrado apenas nos níveis mais básicos da pesquisa (Iniciação Científica e Mestrado).

Outra importante estrutura organizacional dominada pela hegemonia masculina são as publicações científicas consideradas mais qualificadas pelo Sistema Qualis-CAPES[2]. Segundo a análise de Silva, Cesar e Pinto (2015) os homens superam as mulheres quantitativamente em todos os estratos de qualificação desde o A1 até o B5. Mas, além disso, os autores apontam que quando as autorias de homens e mulheres são distribuídas pelos estratos do sistema Qualis-CAPES, a diferença aumenta nos estratos de maior qualificação, entre A1 e B1, com vantagem para os homens. As autorias femininas se destacam nos estratos entre B2 e B4, embora haja um equilíbrio entre homens e mulheres no estrato B5. Os conselhos editoriais e científicos dos periódicos analisados também mantém o padrão da hegemonia masculina em todos os estratos considerados.

[1] Dados Plataforma Sucupira. Disponível em < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em 20 de setembro de 2014.
[2] Foram considerados 90 periódicos científicos listados como pertencentes à área de Geografia no Sistema Qualis-Capes entre A1 e B5 no triênio 2013-2015 e mantidos por instituições de cunho geográfico.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Portanto, considerando que a pesquisa geográfica é produzida em grande parte pelos docentes de pós-graduação, mantidos por recursos financeiros provenientes de bolsas de pesquisa e que a produção docente tem sido medida em grande parte pelas publicações acadêmicas, podemos dizer, sem a menor sombra de dúvida, que a Geografia brasileira é androcêntrica. O problema maior não se verificada apenas pelo controle masculino das estruturas organizacionais materiais da produção científica, mas pelo fato de terem esse controle, é a perspectiva masculina que predomina nos enunciados científicos e na base conceitual e metodológica da produção geográfica brasileira.

A mesma análise minuciosa que foi possível realizar sobre o domínio masculino da produção científica geográfica no Brasil é impossível de ser estabelecida com relação à sexualidade e a raça. Isso porque essas variáveis não são consideradas na produção de dados nas plataformas institucionais e nos programas de pós-graduação. A sexualidade, considerada um tabu nas discussões políticas, sequer pode ser mencionada, a não ser nos circuitos de fofocas[3]. Com relação à raça, apesar de não haver estatísticas registradas pelas instituições de pesquisa, é possível afirmar uma hegemonia branca na produção científica com base nos estudos de Malachias (2006), Ratts et al (2006) e R. E. Santos (2007). Na pesquisa realizada por Malachias (2006) é evidenciada a pequena parcela de população negra brasileira que ascende aos cursos superiores e isso afeta sua entrada nos programas de pós-graduação e, como consequência, na conquista de cargos como docentes e pesquisadores na Geografia. A reflexão de Carvalho (2003), acerca do racismo acadêmico no Brasil, aponta para a pequena presença de docentes negros e de pesquisadores na pós-graduação stricto sensu, algo que tem se modificado com as cotas raciais que expandem esta demanda.

A geografia da pós-graduação em Geografia no Brasil foi analisada por Sant'anna Neto (2012) que argumenta ter havido uma interiorização dos programas de pós-graduação, notadamente na primeira década de 2000. Além do crescimento do número de programas, este autor chama atenção para o alcance geográfico da pós-graduação em áreas periféricas. Esse processo geográfico de expansão de redes de cursos de pós-graduação pelo interior do Brasil fez com que surgissem novos nós de produção de pesquisa acadêmica que passaram a ter autonomia para produzir saber a partir de seus lugares de vida e trabalho.

A geografia importa, como nos ensina Massey (1984). A configuração geográfica da pós-graduação da Geografia após os anos 2000 foi importante para o tensionamento do campo científico, porque nascem outros atores de produção de saber que passaram a se colocam no jogo científico, até pouco tempo restrito a alguns poucos espaços privilegiados.

[3] Elias e Scotson (2000, p. 121) entendem a fofoca como "as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras". Os autores argumentar haver fofocas elogiosas ou depreciativas que constituem formas de estabelecer o ideal moral e controle de condutas a serem seguidas por pessoas de um mesmo grupo identitário.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Contudo, a interiorização a que se refere Sant'anna Neto (2012), ao invés de promover um processo de inclusão de novas vozes na produção científica brasileira com a mesma legitimidade que os centros mais antigos, acabou promovendo o paradoxo do reforço da centralidade das redes de saber.

Se, por um lado, o espraiamento e a interiorização possibilitaram nas últimas décadas a emergência de diferentes produtores de saber que não faziam parte do cânone da produção científica brasileira, por outro, a importância dada aos sistemas de avaliação promovidos pelas políticas públicas aprofundou hierarquias entre programas e privilegiou novamente os centros tradicionais da comunidade geográfica[4]. Esta geopolítica do conhecimento[5] geográfico na escala nacional não apenas reforçou as centralidades em termos de recursos financeiros, mas também na valoração discursiva, redistribuindo prestígio e reorganizando uma rede, agora mais ampla, em margem e centro de relações de poder, no mesmo sentido de que fala Cruz (2012).

A geopolítica do conhecimento geográfico brasileiro nas duas últimas décadas, conforme Sant'anna Neto (2012), foi marcada pelo aumento expressivo de uma periferia científica que só se tornou periferia devido a centralidade adquirida pelos centros tradicionais por meio das estratégias de avaliação. Os sistemas de avaliação que hierarquizam prestígio e recursos materiais, simultaneamente organizam o poder da estrutura discursiva daquilo que é considerado como sendo a 'Geografia de qualidade', como argumentado em Silva (2009). Os periódicos científicos são importantes instrumentos de qualificação e de controle do discurso geográfico. Cesar (2015) evidencia em seu levantamento que 67,8% dos periódicos científicos da área da Geografia estão concentrados nas regiões sul e sudeste, sendo que esta última concentra 45,6% do total. A autora também aponta para a concentração do sudeste e sul de revistas classificadas em estratos superiores do Sistema Qualis-CAPES.

A pesquisa realizada por Cesar e Pinto (2015) com base nos dados do Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ)[6] evidencia que a maior parte dos grupos de pesquisa que têm se dedicado às temáticas de gênero, sexualidades e racialidade não estão sediados nas universidades melhor posicionadas pelo processo avaliativo da CAPES. Os autores afirmam ainda que uma busca realizada no Banco de Teses da CAPES[7] possibilita

[4] Embora em 1976 haja registros de sistemas de avaliação da pós-graduação brasileira, foi em 1998 que se definiu e implantou o modelo de avaliação na forma como é adotado na atualidade, conforme Maccari, Lima e Riccio (2009).

[5] Usamos este termo com base nas ideias epistemológicas de Mignolo (2004).

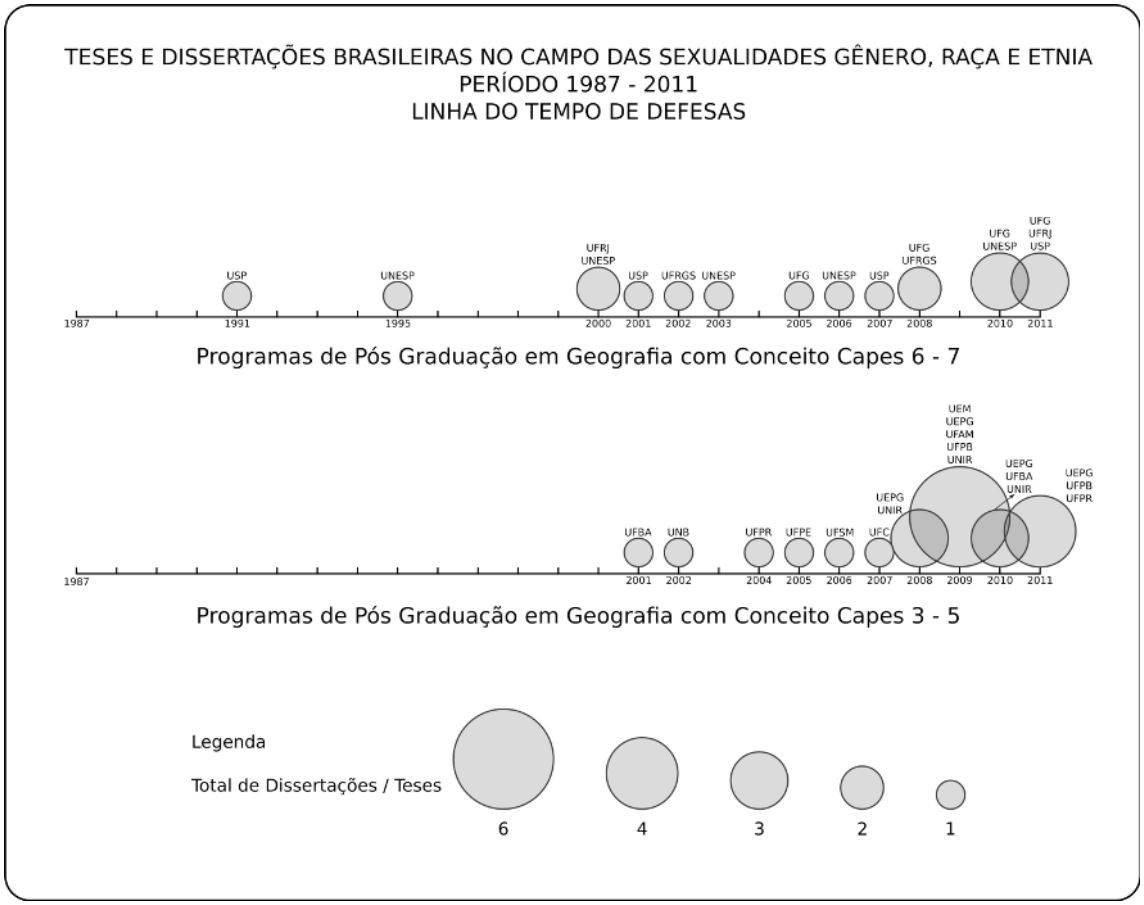
[6] *Os autores utilizaram o link: http://lattes.cnpq.br/ e o acesso se deu em 08 de Outubro de 2012. Segundo Cesar e Pinto (2015) dos 224 grupos de Geografia presentes na plataforma, apenas 17 fazem referência ao desenvolvimento de pesquisas sobre gênero, representando apenas 7,1% do universo total.*

[7] Embora não esteja contemplado na figura apresentada por ser uma tese defendida no exterior, cabe aqui o registro da tese de doutorado de Susana Maria Veleda da Silva defendida em 2003 na Universidade Autônoma de Barcelona com o título Trabajo informal, género y cultura: el comercio callejero e informal en el sur de Brasil.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

afirmar que a produção científica nesse campo é majoritariamente oriunda de programas de pós-graduação recentes e periféricos em termos de nota no ranking institucional de avaliação[8]. A figura 1 que segue evidencia a tendência desse processo[9].

Figura 1. Fonte: Banco de teses e dissertações da Capes e do IBICT.



Apesar de ser uma produção científica produzida por grupos de pesquisadores sediados em universidades menos privilegiadas na distribuição de recursos materiais e de poder, o tema tem se desenvolvido e criado espaços de enunciação em eventos acadêmicos da comunidade geográfica nacional. Os eventos nacionais foram paulatinamente incorporando a temática de gênero e sexualidades e também de racialidades. A questão étnico-racial, particularmente voltada para a população negra, tem se ampliado e se diversificado no debate geográfico brasileiro, como apontam Cirqueira e Corrêa (2014).

[8] Apesar dos centros pioneiros de pós-graduação em Geografia como USP e UFRJ não se constituírem em centros produtivos desta temática, foi nestas instituições que foram realizados os trabalhos pioneiros na área. Destacam-se a tese doutoral de Sonia Alves Calió, intitulada "Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana" de 1991, com orientação de Maria Adélia Aparecida de Souza. Na área de sexualidades há uma dissertação de mestrado defendida na UFRJ por Jan Carlos da Silva em 2000 com o título "Os territórios da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1841-1925".

[9] Importante ressaltar que a figura é apenas uma aproximação, pois a nota obtida pelas instituições no Sistema de Avaliação da CAPES oscila e a figura tomou por base a situação atual e pode não haver uma correspondência direta entre nota da instituição obtida e a época da defesa das dissertações e teses.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Foram várias as participações pontuais de pesquisas de gênero, sexualidades e racialidades que marcaram os inúmeros eventos científicos brasileiros. Pela impossibilidade de levantar o histórico de todas estas participações, realizamos um levantamento de eventos que mantêm arquivos de edições passadas e que acolheram de forma explícita estas temáticas e possibilitaram um protagonismo da área no debate geográfico. Os encontros do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC) se abriram para as discussões de gênero e sexualidades em 2006 e 2008.

Os colóquios do Núcleo de Estudos de Espaço e Representações (NEER) contemplaram a temática em 2009 e 2011. Ainda em 2009 houve uma mesa redonda sob enfoque cultural em que gênero e as sexualidades foram abordados no X ENANPEGE. No ano seguinte, em 2010, o tema figurou no I Seminário Internacional sobre Microterritorialidades Urbanas. Em 2011 foi organizado o I Seminário Latino-Americano de Geografia e Gênero sediado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 2012 e 2014 o tema fez parte das edições respectivas do Encontro Nacional de Geógrafos. No V Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA de 2011 na Universidade Federal do Pará, o tema também configurou no Grupo de Trabalho específico para a temática, da mesma forma nos anos de 2013 e 2015. Outro evento que trata as questões do campo é o Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, e desde a edição de 2012 a temática Gênero e Questões Étnicos Raciais foram discutidas num Grupo de Trabalho específico, nas edições de 2014 e 2016, o GT permanece. Finalmente, em 2014 foi realizado o II Seminário Latino-Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades[10], na Universidade Federal de Rondônia, em Porto Velho. Nesse sentido, podemos afirmar que, apesar de pequena, houve uma gradual incorporação das temáticas de gênero, sexualidades e racialidades no debate científico nacional[11].

A lenta e tardia[12] inclusão da temática em foco nos eventos científicos da agenda da comunidade geográfica brasileira também ocorreu na publicação de artigos, conforme apontam Silva, Ornat e Chimin Junior (2013). Na Revista do Departamento de Geografia da USP em 1998 foi publicado o artigo com o título 'As geografias da modernidade – Geografia e Gênero – Mulher, Trabalho e Família: O Exemplo da Área de Ribeirão Preto – SP em 1998'

[10] O título do evento incorporou a palavra sexualidades pela reivindicação dos participantes na assembleia final em 2011.

[11] *Além dos eventos de maior porte, nos anos da d*écada de 2000, foram diversos os esforços de pesquisadores de construírem espaços de discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidades em outros eventos como a Reunião Anual da Comissão de Geografia Cultural da União Geográfica Internacional, no Rio de Janeiro, em 2003; o Congresso Brasileiro de Geografia em Goiânia em 2004; o Simpósios Brasileiros de Geografia Urbana de 2003, Recife, e 2005, Manaus; o Colóquio Internacional de Geocrítica em Porto Alegre em 2007; os Encontros Nacionais de Geógrafos em São Paulo, em 2008, e em Porto Alegre, 2010. Merece destaque também os esforços do grupo de pesquisadores que produzem pesquisas e eventos das discussões sobre múltiplas territorialidades e microterritorialidades nas cidades, principalmente a centralidade da temática em eventos do grupo em 2004, na ULBRA Canoas-RS; em 2008 na Unioeste de Francisco Beltrão no Paraná; em 2010 na Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro; em 2012 na Unesp de Presidente Prudente; em 2014 na UFRGS em Porto Alegre.

[12] Se comparada em relação a produção da Geografia anglófona, por exemplo que discute esses temas desde os anos 70.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

de autoria de Rosa Ester Rossini. No mesmo ano, Susana Veleda da Silva publicou artigo no Boletim Gaúcho de Geografia com o título 'Geografia e Gênero/ Geografia Feminista – O que é isto?'[13]. O tema das sexualidades foi inaugurado em forma de artigo científico no Boletim Goiano de Geografia em 1995 de autoria de Rogério Botelho de Matos e Miguel Ângelo Campos Ribeiro, com o título 'Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro'. Contudo, a abordagem de gênero e sexualidades apenas ganhou impulso nas primeiras décadas do século XXI[14], merecendo destaque a criação da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero em 2010. Apesar dos primeiros artigos terem surgido em periódicos que possuem alta classificação pelo sistema Qualis-CAPES, a maior parte da produção científica na área está concentrada nos periódicos classificados nos estratos B1 e B2.

O esforço para trazer o gênero, as sexualidades e as racialidades para o centro do debate na Geografia brasileira tem ganhado adeptos que consolidam cada vez mais este campo de saber. Desta forma, na seção seguinte será realizada a discussão dos trabalhos que alimentam o debate e complexificam a análise do espaço geográfico.

AS CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DAS DIFERENÇAS PARA A GEOGRAFIA BRASILEIRA

Na seção anterior foi evidenciada a forma como paulatinamente as reivindicações de pesquisadores sobre gênero, sexualidades e racialidades foram sendo incorporadas na estrutura material de produção científica da Geografia brasileira que resultou na criação do Grupo de Trabalho 'Geografia e Diversidade: Gênero, Sexualidades, Etnicidades e Racialidades' nos encontros científicos da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia.

A incorporação temática, sem dúvida, é um avanço interessante, mas insuficiente para produzir visibilidades de grupos sociais tradicionalmente excluídos do direito de produzir ciência. Fazer geografias que rompem com a tradição epistemológica que origina a invisibilidade de grupos sociais implica o pensar em 'como fazemos estas geografias' e refletir os resultados obtidos em nossas pesquisas como parte dos processos políticos, transformadores da sociedade como sugerem Moss (2002) e Ackerly e True (2010).

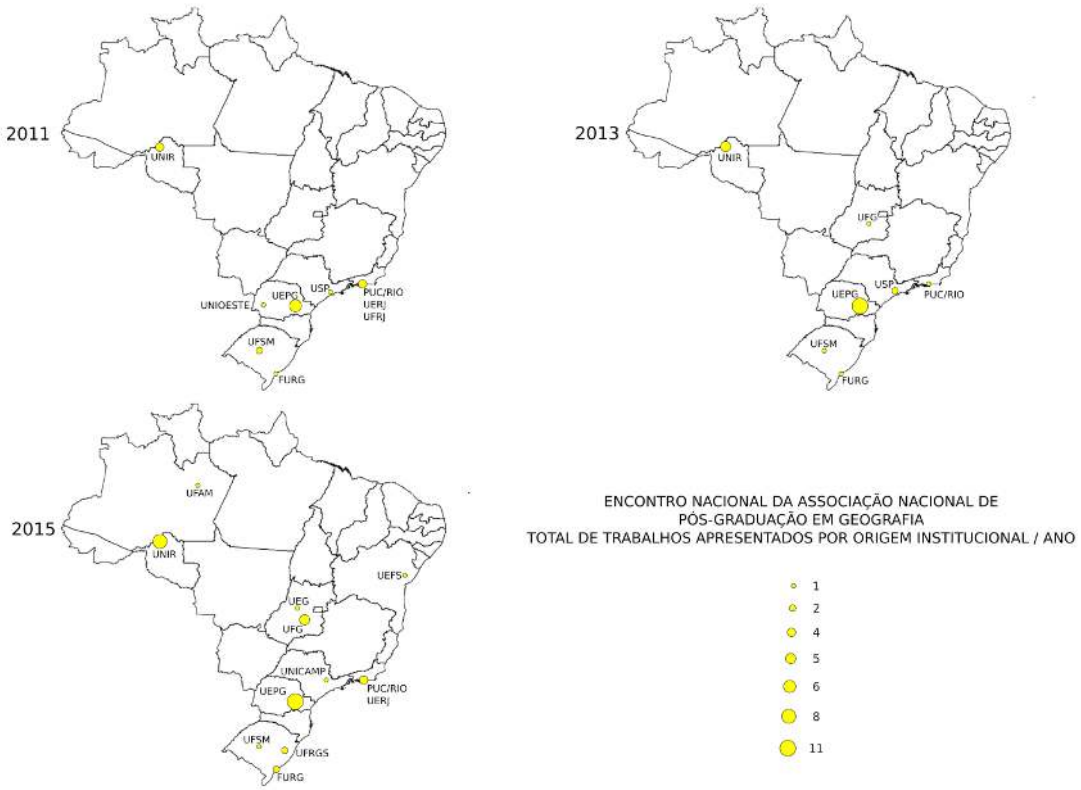
[13] Interessante é observar a simultaneidade temporal dessas duas publicações científicas e o diferencial espacial entre elas que promoveu resultados diversos no discurso científico. Dada a centralidade da Universidade de São Paulo, a primeira obteve maior divulgação e reconhecimento. Como considera Massey (1984), a Geografia importa. Nesse caso, fica claro que a geografia da Geografia é um fator importante de legitimação dos enunciados científicos. Nesta época, Susana Maria Veleda da Silva era ainda uma mestranda na área de Sociologia e baseada como docente numa universidade do interior do Rio Grande do Sul que não tinha a mesma centralidade enunciativa da Universidade de São Paulo.

[14] O impulso é reconhecido pela quantidade de artigos que cresceu, se comparado com períodos anteriores. Contudo, a produção é ainda restrita. Em 2015 o banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais que possui 13.990 artigos de 90 periódicos da área da Geografia, apenas 167 são sobre gênero (1,2%) e 49 artigos contemplam sexualidades (0,3%)

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Nas três edições do ENANPEGE (2011, 2013 e 2015) em que os temas de gênero, sexualidades e racialidades estiveram presentes, há uma tendência de espraiamento das produções científica pelo território nacional. Contudo, há maior concentração de produção onde existem grupos de pesquisadores na área em foco, como aponta a figura 2 a seguir.

Figura 2. Fonte: Anais dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 2011, 2013 e 2015.



A análise dos trabalhos apresentados permite fazer algumas importantes considerações gerais que ganharam destaque. Primeiramente, há um predomínio de abordagem das relações de gênero em detrimento a das sexualidades e racialidades. Em segundo lugar, há um predomínio das análises sobre o espaço urbano em relação ao rural. Coexistem as abordagens culturais e econômicas na medida em que as relações econômicas são entendidas como culturalmente construídas, produzindo a visibilidade da falsa ideia de separação de áreas. Há nesse grupo uma ideia geral de associação de aspectos culturais como racismo, sexismo e homofobia que estruturam e sustentam as hierarquias econômicas e a forma como o sistema de capital elabora estratégias de exploração e concentração de riquezas.

A relação entre gênero e espaço produzida pelos trabalhos está centrada no estudo das feminilidades, com uma preocupação fundamental em torno do trabalho feminino, seja

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

nos espaços rurais ou urbanos. Os trabalhos sobre masculinidades são menos expressivos quantitativamente, evidenciando ainda o pequeno interesse dos estudos das masculinidades para o campo da Geografia brasileira. Em sua grande maioria os estudos sobre a relação entre masculinidades e espaço têm privilegiado os homens jovens, moradores de periferias pobres e envolvidos em conflitos com a lei, seja como vítimas de violência ou produtores dela.

Há diferentes abordagens de gênero que coexistem nos encontros de pesquisadores que têm estudado a relação entre gênero e espaço. Uma das abordagens segue uma opção teórica construcionista que considera o gênero como um papel social desempenhado por homens e mulheres. Tal perspectiva privilegia a análise cultural da produção dos papéis de gênero e a sua relação com o espaço, fazendo ligações teóricas com a ideia do espaço produzido socialmente. Uma das ideias fundamentais que os trabalhos dessa perspectiva trazem é a denúncia da exploração do trabalho feminino envolvido na reprodução da sociedade[15] que culturalmente foi considerado um trabalho que necessite ser pago, mas que, no entanto, alimenta o sistema de exploração capitalista. As apresentações das pesquisas abordam o trabalho na agricultura, indústria, serviços e docência. Outra importante crítica que os trabalhos apresentados trazem é a de que é impossível pensar o espaço a partir da ideia de dualidade estabelecida por uma fronteira entre o espaço público e o privado, já que eles são interdependentes.

Outro importante caminho de pesquisa desenvolvido com base na ideia construcionista de gênero foram os estudos que envolvem o empoderamento político das mulheres, desde a perspectiva da resistência feminista como da participação política partidária formal. A violência, a prostituição e até mesmo o feminicídio foram temas presentes nesta abordagem que tem como importante contribuição a relação escalar que estes estudos realizam, evidenciando que há uma simultaneidade de escalas que produzem a realidade espacial.

A outra perspectiva de gênero que está presente nos trabalhos apresentados é a desconstrucionista. O gênero nessa linha de compreensão é entendido como performático. Ele é um efeito do regime regulatório e se faz de uma repetição de atos ritualizados em formas específicas de condutas, naturalizando as ideias de feminilidades ou masculinidades. O gênero é uma regulação que incorpora leis e mecanismos que norteiam construções identitárias, tornando-se referências para o agir cotidiano das pessoas. Na ação repetitiva as pessoas não cumprem a referência discursiva em sua plenitude e assim, o gênero é desconstruído na ação criativa humana que é simultaneamente espacial. Os trabalhos apresentados no GT que adotaram esta perspectiva conceitual de gênero, majoritariamente, tiveram como foco as sexualidades e as masculinidades e suas respectivas vivências espaciais.

[15] Aqui são considerados o trabalho de cuidados com a família e as tarefas de organização da unidade doméstica e familiar.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Os trabalhos sobre as relações entre espaço e sexualidades tiveram como foco a existência de homens gays e travestis, havendo a ausência de trabalhos sobre mulheres lésbicas. Há, ainda, uma pequena abordagem de mulheres que exercem atividades de prostituição. Embora em número reduzido, se comparado com o número de trabalhos produzidos na perspectiva construcionista de gênero, essas produções científicas trazem interessantes análises espaciais que envolvem a ideia do espaço relacional e em permanente construção e desconstrução.

As pesquisas apresentadas envolvendo o grupo de travestis e gays trazem a ideia da não linearidade entre sexo, gênero e desejo, propondo que as relações entre essas categorias podem se dar a partir de inúmeras combinações. O espaço, por sua vez, por ser compreendido de forma relacional, comporta as relações que são reinventadas, a partir de configurações aleatórias, podendo tanto reforçar a exclusão daqueles que estão fora da regulação de gênero heteronormativo como podem ser também um elemento de resistência à ordem estabelecida.

Os estudos científicos que abordaram as mulheres na perspectiva desconstrucionista de gênero tiveram como interesse a atividade da prostituição e sua relação espacial. As pesquisas desse perfil não negam a condição de exploração e o estigma sofrido pelas mulheres que estão envolvidas na atividade comercial sexual. Contudo, as investigações apresentadas argumentam que a atividade tem também uma potência de subversão do ideal feminino e, em muitas situações, servindo para que determinadas pessoas constituíssem situações de agenciamentos positivos frente ao poder patriarcal. É interessante observar o aumento da abordagem do espaço escolar na relação com as sexualidades. O espaço escolar apareceu nos argumentos dos textos apresentados como um espaço de profundos tensionamentos que comportam tanto a reprodução das normas como simultaneamente a subversão e potencialidades de ação libertadora.

As racialidades foram mais intensivamente abordadas na edição do ENANPEGE de 2015, embora que esta abordagem já estivesse presente nos encontros anteriores aqui analisados. Os trabalhos apresentados evidenciam a ideia da reivindicação de cidadania plena. Temas como segregação, direito à terra quilombola e preconceito racial foram os mais debatidos. A escola e o material didático como formadores de uma cultura racista foram temas centrais de debate no grupo. A perspectiva interseccional da racialidade composta também por gênero e classe foi mais tímida. Contudo, é possível identificar que a abordagem das racialidades estão profundamente conectadas com a perspectiva decolonial do espaço. O comprometimento com a perspectiva decolonial e a superação do pensamento eurocêntrico foi a base pela qual as interseções de gênero, classe e racialidades foram pensadas.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto analisou as contribuições teórico-metodológicas que o Grupo de Trabalho Geografia e Diversidade: Gênero, Sexualidades, Etnicidades e Racialidades aporta para a Geografia brasileira. A permeabilidade dessas abordagens nas redes de produção científica da Geografia do Brasil ocorreu lentamente e por meio de embates e reivindicações permanentes. A conquista desse espaço de enunciação auxiliou na estruturação de um debate que supera a ideia da simples inserção temática, permitindo que pesquisadores dessa área pudessem reconhecer as especificidades de suas produções científicas e as contribuições que suas pesquisas vêm realizando na análise espacial. Constata-se que as contribuições do grupo de trabalho para o campo epistemológico da Geografia são significativos, na medida em que as pesquisas questionam as formas como o espaço foi pensado pela ciência geográfica e como esta forma permitiu a produção das invisibilidades e hierarquias. Esta postura crítica à imaginação geográfica é salutar para renovar conceitos, promover pluralidade temática e sustentar caminhos cientificamente comprometidos com transformações sociais.

REFERÊNCIAS

1. ACKERLY, Brooke & TRUE, Jacqui. **Doing Feminist Research in Political & Social Science**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
2. BARNETT, Clive. Awakening the dead: who needs the history of geography? **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 20, n. 4, p. 417 - 419, 1995.
3. CARVALHO, José Jorge de. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Teoria e Pesquisa,** n. 42 - 43, p. 303-340, 2003;.
4. CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013.** 2014. 136 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.
5. CESAR, Tamires regina Aguiar de Oliveira e PINTO, André Morais. A Produção Intelectual da Geografia Brasileira, entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos *on line*. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. v. 6, n. 2, p. 119 - 132, 2015.
6. CIRQUEIRA, Diogo Marçal e CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Anpege**. v. 10, n. 13, ., p. 29-58, 2014.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

7. CRUZ, Rita de Cássia Ariza. "Se a CAPES somos nós, quem somos nós? A pós- graduação brasileira em busca de uma identidade". **Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical (USP)**, s/n, p 1-13, abril 2012.

8. ELIAS, Norbert e SCOTSON J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

9. MACCARI, Emerson Antonio, CORREIA LIMA, Manolita, RICCIO, Edson Luiz. Uso do Sistema de Avaliação da CAPES por Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 68 - 96, 2009.

10. MALAQUIAS, Antonio Carlos. **Geografia e relações raciais: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco**. 2006. 124 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2006.

11. MASSEY, Doreen. Introduction: Geography matters. In: MASSEY, Doreen e ALLEN, John (Eds). Geography matters! Cambridge: University of Cambridge, 1984, p. 1 - 13.

12. MIGNOLO, Walter. "Os esplendores e as misérias da "ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica." In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Conhecimento prudente para uma vida descente**. São Paulo: Cortez, 2004. p 668 – 709

13. MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 [1982].

14. MOSS, Pamela. **Feminist Geography in Pratice**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

15. RATTS, A. J. P. et al. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 8, n. 1, p. 45 - 59, 2006.

16. SANT'ANNA NETO. João Lima. Os desafios da Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia no Brasil. **Revista Discente Expressões Geográficas**, v. 8, n. 8, p. 14 – 28, 2012.

17. SANTOS, R. E. (Org). ***Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil***. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

18. SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: ***Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades***. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a, p. 25 - 54.

19. SILVA, Joseli Maria, CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira e PINTO, Vagner André Morais. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. ***Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia*** (Anpege). v. 11, n.15, p. 185 - 200, 2015.

20. SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose e CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Para além da apresentação das Geografias Malditas: uma análise da resistência às descontinuidades científicas no campo científico da Geografia no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose e CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). ***Geografias malditas***: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013, p. 11 - 22.

Artigo recebido em 30 de junho de 2016.
Artigo aceito em 30 de julho de 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X